

## **Impacto Fiscal Do Pis E Cofins Na Gestão Financeira De Uma Empresa De Segurança Do Trabalho No Lucro Real**

**Laís Helena Coelho Vianna  
Fernanda da Silva Momo**

**Laís Helena Coelho Vianna**

Graduanda do curso de Ciências Contábeis  
Estagiária  
Universidade Federal do Rio Grande do Sul  
*laishelenars@gmail.com.*

**Fernanda da Silva Momo**

Doutora em Administração  
Professora do Departamento de  
Ciências Contábeis e Atuariais da UFRGS.  
Universidade Federal do Rio Grande do Sul  
*fernanda.momo@ufrgs.br:*

### **RESUMO**

O objetivo deste estudo é analisar o impacto fiscal do PIS e COFINS na gestão financeira de uma empresa de equipamentos de Segurança do Trabalho no regime de lucro real. A metodologia adotada inclui análise documental dos demonstrativos financeiros, observação e entrevista com gestores de áreas, focando nos débitos e créditos tributários acumulados ao longo de três meses. Os principais resultados indicam que a utilização dos créditos de PIS e COFINS permitiu uma economia significativa, reduzindo a carga tributária em até 60,73% em janeiro de 2024. O estudo traz como contribuição a importância da gestão eficiente dos créditos tributários e do planejamento tributário, aplicando de forma estratégica e legal os créditos obtidos nas compras e serviços ligados à atividade fim da empresa. Além disso, contribui com a apresentação de metodologia que pode ajudar as empresas do setor a melhorar a gestão tributária e financeira. As implicações práticas do estudo incluem a potencial replicação do modelo de análise por outras empresas, promovendo uma gestão tributária mais eficaz no segmento de equipamentos de segurança do trabalho optantes pelo lucro real.

**Palavras-chave:** Gestão tributária. PIS. COFINS. Lucro real. Impacto financeiro.

**Área Temática:** Iniciação Científica.

## 1 INTRODUÇÃO

A gestão fiscal e tributária eficaz impactam na sobrevivência e no sucesso de qualquer empresa em qualquer setor econômico (Corazza, 2015). A gestão fiscal e tributária visa minimizar a fatura fiscal de forma legal, o que é denominado de elisão fiscal (Cooper; Nguyen, 2020). É importante mencionar também que, para além da minimização da fatura fiscal, o planejamento e gestão fiscal e tributária devem observar o impacto dos tributos no fluxo financeiro das organizações para que não haja prejuízo a estabilidade financeira de uma empresa, afetando suas margens de lucro, os investimentos em infraestrutura e inovação, a capacidade de expansão e a competitividade no mercado.

Analisar o impacto de tributos na gestão financeira ajuda a encontrar maneiras de reduzir a carga tributária e melhorar o planejamento e a tomada de decisões financeiras. Além disso, melhora as estratégias de compliance tributária evitando os riscos de contingências fiscais que podem prejudicar a empresa em longo prazo (Bossa et al., 2022) e aprimorando a tomada de decisão estratégica a partir na análise dos tributos na perspectiva de impactos financeiros (Armstrong; Glaeser; Kepler, 2019).

No contexto brasileiro, o sistema tributário é conhecido por sua complexidade e diversidade de impostos e contribuições, que têm um impacto direto nas empresas brasileiras (Paulsen; Velloso, 2019). A incidência do Programa de Integração Social (PIS) e da Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (COFINS) é um ônus fiscal significativo para as empresas tributadas pelo lucro real (Oliveira, 2016). Portanto, o olhar atento e ativo da organização sobre esses tributos possibilita melhorar a gestão tributária e fiscal, principalmente quando estas são tributadas pelo lucro real. Nesse sentido, a questão problema deste estudo é: Qual é o impacto fiscal do PIS e COFINS na gestão financeira de uma empresa de equipamentos de Segurança do Trabalho que opera no regime de tributação pelo lucro real? Sendo assim, o Objetivo Geral do artigo é analisar o impacto fiscal do PIS e COFINS na gestão financeira de uma empresa de equipamentos de Segurança do Trabalho no regime de lucro real.

A escolha do tema deste estudo é justificada por sua originalidade, oportunidade, contributividade e relevância. Em um cenário de constantes mudanças na legislação tributária brasileira, compreender como esses tributos afetam a gestão financeira das empresas é essencial para a tomada de decisões informadas e proativas diante das alterações regulatórias (Corazza, 2015). Focando no segmento de equipamentos de Segurança do Trabalho, este estudo se justifica pela importância desse setor no contexto da legislação trabalhista brasileira, que impõe a adoção de medidas de segurança para proteger os trabalhadores. Assim, o mercado de equipamentos de segurança torna-se estratégico, e entender o impacto fiscal do PIS e COFINS neste cenário é pertinente

A contribuição deste estudo é significativa tanto no aspecto teórico quanto prático. Teoricamente, ele reforça a importância da gestão eficiente dos créditos tributários e do planejamento tributário no regime de lucro real, alinhando-se à literatura existente que destaca esses fatores como cruciais para a sustentabilidade financeira das empresas. Empiricamente, a metodologia utilizada demonstrou ser robusta ao proporcionar uma análise detalhada dos impactos financeiros dos tributos na empresa. A pesquisa não apenas esclarece os mecanismos de compensação e utilização de créditos tributários, mas também apresenta um modelo prático de análise que pode ser replicado por outras empresas, contribuindo para a melhoria contínua da gestão tributária e financeira no segmento de equipamentos de segurança do trabalho.

## 2 REFERENCIAL TEÓRICO

Nesta seção, são apresentados os fundamentos teóricos e as referências sobre o impacto fiscal do PIS e COFINS na gestão financeira de uma empresa de equipamentos de Segurança do Trabalho sob o regime de lucro real.

### 2.1 VARIÁVEIS NA GESTÃO FINANCEIRA E FISCAL

Diversas variáveis emergem como protagonistas cruciais, cada uma desempenhando um papel intrínseco na compreensão profunda do impacto fiscal do PIS e COFINS na gestão financeira de uma empresa de equipamentos de Segurança do Trabalho sob o regime de lucro real. A teia intrincada dessas variáveis é moldada por perspicazes análises de autores conceituados.

O Regime Tributário de Lucro Real surge como um elemento que transcende o mero aspecto fiscal, infiltrando-se nas engrenagens da gestão financeira. Fisch (2018) assinala a influência direta da escolha do regime tributário sobre a carga fiscal e, conseqüentemente, sobre a saúde financeira da empresa. Esta variável age como uma base sólida para a compreensão das dinâmicas tributárias que permeiam as decisões estratégicas da organização.

Ao adentrar o território da Gestão Financeira, se torna uma abordagem estratégica. Assaf Neto (2019) enfatiza a importância de considerar a tributação como parte integral da gestão financeira, promovendo uma otimização eficaz dos recursos disponíveis. A variável PIS e COFINS surge como um eixo crítico de análise. Martin (2020), por exemplo, expressa a relevância de um entendimento detalhado das regras de cálculo e recolhimento desses tributos, pois sua incidência direta sobre a receita bruta pode ter impactos significativos nas decisões financeiras e estratégicas da empresa. É, portanto, imperativo compreender as nuances desses tributos e sua influência sobre a gestão financeira.

Os Métodos de Cumprimento Tributário, por sua vez, emergem como elos vitais na corrente da gestão fiscal. Conforme Kuperman (2016), a forma como a empresa atende às suas obrigações tributárias assume um papel crucial na avaliação da aderência da organização às regulamentações fiscais. Estes métodos não apenas influenciam a gestão financeira, mas também são indicativos da postura ética e responsável da empresa perante suas obrigações tributárias.

Contextualizando essas variáveis, o contexto organizacional se revela como um terreno fértil para a moldagem das práticas tributárias e financeiras. Sá (2017) destaca como as particularidades do ambiente empresarial, incluindo o setor de atuação e as características do mercado, exercem influência sobre as estratégias adotadas em relação à gestão tributária. Portanto, considerar o contexto é uma abordagem que confere uma compreensão abrangente e contextualizada das práticas tributárias e financeiras da organização.

Em síntese, essas variáveis intrinsecamente entrelaçadas, apoiadas pelas análises críticas de autores renomados, convergem para uma exploração aprofundada do impacto fiscal do PIS e COFINS na gestão financeira da empresa. Fabretti (2015, p. 8) denomina planejamento tributário como “o estudo feito preventivamente, ou seja, antes

da realização do fato administrativo, pesquisando-se os seus efeitos jurídicos e econômicos e as alternativas legais menos onerosas." Por meio desse enfoque, é possível desvendar as interconexões entre regime tributário, gestão financeira, tributação, cumprimento de obrigações e contexto organizacional, lançando luz sobre os intrincados mecanismos que orientam as estratégias e decisões na gestão fiscal da empresa.

## 2.2 ESTUDOS RELACIONADOS

Nesta seção, são apresentados estudos que contribuem significativamente para o contexto investigativo deste trabalho. O estudo conduzido por McCarley (2014) abordou minuciosamente os efeitos das regulamentações tributárias no planejamento financeiro das empresas. Ao analisar a influência de diferentes regimes tributários sobre as decisões estratégicas e financeiras das organizações, o que revelou que a escolha do regime tributário tem um impacto direto nas margens de lucro e na alocação de recursos financeiros.

Por sua vez, Santos (2017) concentrou-se na avaliação das estratégias de gestão financeira em empresas de médio porte, considerando o cenário de complexidades fiscais. Ao elucidar a maneira pela qual as decisões financeiras são moldadas pela influência dos tributos, especialmente o PIS e COFINS, o estudo evidenciou que a falta de uma abordagem tributária integrada pode resultar em ineficiências financeiras e prejudicar a competitividade das empresas. Conforme Corazza (2015, p. 18), "O gerenciamento das obrigações tributárias não pode ser considerado mais uma necessidade cotidiana, mas sim como algo estratégico dentro das organizações independentemente de seu porte ou setor". Esses achados reforçam a relevância crucial da consideração meticulosa dos aspectos fiscais na gestão financeira, alinhando-se harmoniosamente com o escopo deste estudo ao investigar o impacto desses tributos específicos na gestão financeira de uma empresa específica. Corazza (2015), em sua dissertação de mestrado sobre "Incentivos Fiscais à Inovação Tecnológica," examina os aspectos fiscais relacionados à inovação e fornece insights sobre como o PIS e COFINS impactam empresas que buscam inovar em seu setor.

Conforme Pêgas (2005, p. 568), "Planejamento Tributário trata-se da utilização da alternativa mais vantajosa econômica e financeiramente, amparada na legislação vigente, em comparação com alternativa que represente mais desembolso de tributos para o contribuinte." Há uma relação crucial entre Pêgas e o tema central deste estudo, que é a análise do impacto fiscal do PIS e COFINS na gestão financeira de uma empresa de equipamentos de Segurança do Trabalho sob o regime de lucro real. A definição de Planejamento Tributário apresentada por Pêgas enfatiza a busca pela alternativa mais vantajosa econômica e financeira, dentro dos limites da legislação, como uma abordagem para minimizar os desembolsos tributários.

Segundo Crepaldi (2023), a necessidade de compreender como a seleção de regimes tributários e a gestão financeira estão intrinsecamente interligadas, influenciando a alocação de recursos e, conseqüentemente, a estratégia financeira da empresa em estudo. Ao explorar as nuances das variáveis tributárias e financeiras sob o prisma do Planejamento Tributário, este busca proporcionar uma visão aprofundada das complexidades inerentes à gestão financeira de uma empresa diante das decisões relacionadas ao PIS e COFINS. Assaf Neto (2019), aborda a importância de considerar as complexidades tributárias como componentes cruciais da estratégia financeira organizacional, proporcionando uma visão abrangente das interações entre decisões financeiras. Isso se alinha com a busca investigar como o PIS e COFINS influenciam a gestão financeira em um contexto específico.

O estudo de Oliveira (2021), amplia o entendimento sobre os impactos da legislação tributária nas decisões financeiras de empresas industriais, destacando a influência das implicações fiscais na formulação das estratégias de gestão financeira. Enfatiza a necessidade de uma abordagem abrangente, transcendendo aspectos contábeis convencionais, e suas conclusões são diretamente pertinentes a este estudo, que busca compreender o impacto específico do PIS e COFINS na gestão financeira de uma empresa de equipamentos de Segurança do Trabalho sob o regime de lucro real. A análise conjunta das conclusões de Oliveira (2021) com a exploração do impacto dos tributos na gestão financeira enriquece a compreensão das forças complexas que direcionam a alocação de recursos, estratégias de crescimento e eficiência financeira nesse cenário.

Bossa, et al. (2022), em "Cooperative compliance e medidas de redução do contencioso tributário", discutem medidas para evitar litígios tributários, um aspecto relevante para a gestão financeira de empresas em relação ao PIS e COFINS. Suas análises podem lançar luz sobre estratégias de conformidade tributária. Essa abordagem envolve colaboração entre as empresas e as autoridades fiscais para garantir o cumprimento das obrigações fiscais, reduzindo o risco de litígios e penalidades.

Uma abordagem importante é explorar os incentivos fiscais disponíveis. Carota (2023) aborda as contribuições no sistema tributário brasileiro, incluindo potenciais incentivos fiscais que as empresas podem aproveitar para reduzir seus encargos fiscais. Os incentivos fiscais, quando aplicados de maneira estratégica, podem levar a uma redução significativa nos encargos fiscais de uma empresa. Isso pode incluir a diminuição do valor que a empresa paga em PIS e COFINS. Reduzir esses encargos pode melhorar a saúde financeira da empresa, liberando recursos para investimentos e crescimento.

Conforme Crepaldi (2023), o uso estratégico de incentivos fiscais é um componente vital para o planejamento tributário eficaz, permitindo que as empresas otimizem sua carga tributária de maneira legal e sustentável. Compreender como esses benefícios podem ser aplicados de acordo com as características específicas da empresa e do setor é fundamental para otimizar as finanças e minimizar o impacto fiscal do PIS e da COFINS. Em um cenário em constante mudança, como o brasileiro, entender as mudanças nos incentivos fiscais é crucial. Carota (2023) pode oferecer insights sobre as contribuições no sistema tributário brasileiro, incluindo as alterações nas leis fiscais que afetam diretamente as empresas.

Esses autores oferecem perspectivas valiosas sobre as nuances e complexidades dos tributos PIS e COFINS no contexto tributário brasileiro. Suas obras ajudam a estabelecer uma base teórica sólida para a compreensão dessas contribuições e seus impactos na gestão financeira das empresas. Crepaldi (2023), escreve sobre estratégias legais para reduzir a carga tributária, incluindo os tributos PIS e COFINS. Isso demonstra como as empresas podem aproveitar incentivos fiscais e escolher o regime tributário mais vantajoso, o que é vital na gestão financeira eficiente.

Nesse contexto, as variáveis são importantes porque ajudam a estabelecer a estrutura conceitual necessária para investigar o impacto fiscal do PIS e COFINS na gestão financeira de uma empresa de equipamentos de Segurança do Trabalho sob o regime de lucro real. Segundo Sabbag (2020) "O conhecimento aprofundado da legislação tributária e das estratégias para evitar litígios é fundamental para a gestão eficaz dos tributos, garantindo a conformidade legal e a sustentabilidade financeira das organizações". Entender os aspectos teóricos desses tributos, bem como as estratégias e medidas para evitar litígios tributários, o que é essencial para uma

análise completa e contextualizada. Essas variáveis também fornecem um contexto relevante para a avaliação das práticas empresariais e a formulação de recomendações estratégicas.

### 3 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

O presente estudo utiliza de uma perspectiva qualitativa que, como afirmado por Belgacem et al. (2010), permite uma melhor compreensão do trabalho científico em sua totalidade, pois permite a identificação de conceitos-chave que têm impacto no conteúdo do trabalho e como seus componentes constitutivos formam vias relacionais. A abordagem qualitativa foi escolhida de forma a permitir compreensão aprofundada e detalhada do impacto fiscal do PIS e COFINS na gestão financeira da empresa analisada (Gil, 2017). A abordagem qualitativa compreende os aspectos subjetivos, perceptivos e contextuais relacionados a esses tributos.

A pesquisa caracteriza-se também como descritiva pois, como afirma Matias-Pereira (2016), tem como objetivo descrever um fenômeno ou características de uma população ou determinar as relações entre várias variáveis. Nesse sentido, o enfoque está em descrever as características e os fenômenos relacionados ao regime tributário de lucro real e como ele impacta a gestão financeira da empresa. São analisados os métodos que a empresa empregou para cumprir suas obrigações tributárias, bem como os obstáculos encontrados baseados na análise dos critérios utilizados para a utilização de crédito relacionado ao PIS e COFINS.

Ainda em relação a abordagem da pesquisa, esta caracteriza-se como um estudo de caso único holístico (Yin, 2015), pois foram analisadas as condições contextuais de uma única unidade de análise. O caso escolhido pode ser enquadrado, conforme Yin (2015, p. 55), como caso único comum que objetiva “captar as circunstâncias e as condições de uma situação cotidiana [...] por causa das lições que pode fornecer sobre os processos sociais relacionados a algum interesse teórico”. O estudo de caso dessa pesquisa pode ser enquadrado como um estudo de caso holístico, na medida em que se irá analisar apenas uma unidade de análise, e não diversas, como no estudo de caso único integrado (Yin, 2015). Portanto, optou-se por dar profundidade ao entendimento dessa unidade de análise em particular da empresa do setor de Segurança do Trabalho.

A unidade de análise desse estudo é uma empresa que possui 20 anos de história marcados por pioneirismo e inovação no setor de Segurança do Trabalho. Iniciando como uma revenda de produtos multimarca, rapidamente se destacou ao introduzir peças de reposição à pronta entrega e mão de obra especializada, além de importar produtos de excelente custo-benefício. Desde 2014, desenvolve seus próprios produtos e atualmente lidera o mercado global com a linha mais completa de soluções em Segurança do Trabalho, presente em mais de 10 países.

No tocante as técnicas de coleta de dados, destaca-se a opção pela utilização de uma estratégia de triangulação, implementada por meio de uma variedade de fontes de evidência, aborda uma amostragem maior de perspectivas, tornando a pesquisa mais precisa e convincente (Yin, 2015). Assim, três técnicas de coleta foram implementadas: coleta documental, observação participante e entrevista semi-estruturada.

A coleta documental enfocou nos documentos contábeis e financeiros da empresa, sendo esses os relatórios enviados para a Receita Federal do Brasil, onde

verifica-se os débitos e os crédito das contribuições sociais, o PIS e o COFINS, conforme os números analisados nas tabelas demonstrativas, é demonstrada a redução das contribuições a pagar. Esses documentos fornecem dados importantes para a compreensão do impacto fiscal do PIS e COFINS na gestão financeira da companhia. Esses documentos foram solicitados ao gestor do departamento contábil da empresa por meio de e-mail no mês de abril de 2024. Foi destacado no e-mail que os dados não seriam apresentados na íntegra, seguindo princípios de privacidade solicitados pela empresa. Assim, ressalta-se que, para a análise dos dados, visando preservar o sigilo corporativo, foi aplicado um indexador.

A observação participante permitiu que fosse acompanhado de forma participante e sistemática as práticas contábeis e financeiras da empresa em relação ao PIS e COFINS. Durante o processo de observação, foi registrado comportamentos, ações e procedimentos que evidenciaram a forma como a empresa lida com as questões tributárias e como essas decisões afetam a gestão financeira da organização. As observações ocorreram no mês de março de 2024.

A entrevista semi-estruturada foi realizada com os integrantes do setor contábil da empresa e visou um entendimento mais profundo das práticas eficazes que os profissionais do setor adotam. O roteiro da entrevista (Apêndice A) foi elaborado a partir do referencial teórico da pesquisa e passou pela validação de face e conteúdo por dois pesquisadores doutores na área contábil. Durante a entrevista, foram abordados tópicos como a interpretação das normativas fiscais pertinentes ao PIS e COFINS, considerando as particularidades da empresa, além de aspectos práticos relacionados à coleta de dados contábeis e identificação de operações relevantes. As entrevistas foram realizadas no mês de abril de 2024, com os 2 integrantes da área contábil, tiveram duração média de 40 minutos e foram todas gravadas e transcritas em documentos de texto para a análise. Destaca-se que ao enviar o convite para a participação da pesquisa houve o envio do TCLE aos entrevistados, apresentado no Apêndice B (Termo de consentimento Livre e Esclarecido). A Tabela 1 apresenta o perfil dos entrevistados.

**Tabela 1 - Perfil dos entrevistados**

| Entrevistado   | Sexo      | Idade (anos) | Graduação          | Setor                |
|----------------|-----------|--------------|--------------------|----------------------|
| Entrevistado 1 | Masculino | 32           | Ciências Contábeis | Contabilidade fiscal |
| Entrevistado 2 | Masculino | 37           | Ciências Contábeis | Controladoria        |

Fonte: elaborada pela autora (2024).

A análise de dados das três formas de coleta (documentos, entrevistas e observação) foi realizada a partir da técnica de análise de conteúdo. Bardin (2016) afirma que a análise de conteúdo é um conjunto de técnicas de comunicação que usam mecanismos sistemáticos e objetivos para descrever o conteúdo das mensagens. A interpretação levou em consideração as particularidades do setor do estudo e as dificuldades que as empresas desse segmento enfrentam em relação à gestão tributária de forma que as categorias finais de análise serão o guia para a apresentação dos resultados. As categorias são: Principais aspectos do regime de tributação pelo Lucro Real (Seção 4.1), Conceito e cálculo das contribuições de PIS e COFINS (Seção 4.2), Impacto financeiro das alíquotas de PIS e COFINS (Seção 4.3) e Avaliação e apresentação do impacto financeiro do PIS e COFINS (Seção 4.4).

## 4 ANÁLISE DOS DADOS

Nesta seção é apresentada a análise dos resultados encontrados a partir dos dados da empresa selecionada, bem como as contribuições das informações geradas para o processo decisório. Para melhor compreensão, essa seção foi subdividida nos tópicos: sistematizar os principais aspectos do regime de tributação pelo lucro real aplicados à empresa, apresentação dos conceitos e análise do cálculo e incidência das contribuições do PIS e COFINS sobre o faturamento, análise do impacto financeiro das alíquotas de PIS e COFINS no resultado operacional e na margem de lucro da organização e, por fim, análise das práticas para a realização da avaliação e apresentação do impacto financeiro do PIS e COFINS.

### 4.1 PRINCIPAIS ASPECTOS DO REGIME DE TRIBUTAÇÃO PELO LUCRO REAL

Esta seção tem como objetivo apresentar e organizar os principais elementos do regime de tributação pelo lucro real, com foco em sua aplicação em uma empresa de equipamentos de segurança do trabalho. Essa análise ajudou a entender como esse regime afeta a gestão fiscal e financeira da empresa.

Um dos principais aspectos do regime de lucro real é a complexidade de seu cálculo, que requer um controle rigoroso das receitas, despesas e custos operacionais da empresa. As receitas incluem todas as entradas financeiras provenientes das atividades principais e acessórias da empresa, enquanto as despesas englobam todos os gastos necessários para a manutenção das operações, incluindo salários, aluguel, energia, entre outros. Os custos operacionais, por sua vez, referem-se aos gastos diretamente associados à produção de bens ou serviços oferecidos pela empresa.

Observou-se que um ponto muito relevante nesse estudo foi a utilização de créditos tributários para reduzir o valor dos tributos devidos, segundo informações obtidas pela entrevista com o contador responsável. Esses créditos foram gerados por diversas operações, como a aquisição de bens e serviços utilizados na atividade da empresa, e são regulamentados pela legislação tributária, como observado nos dados fornecidos pela empresa.

No caso do PIS e COFINS, a empresa utiliza da modalidade para descontar créditos gerados na compra de insumos, bens destinados ao ativo imobilizado, entre outros. Conforme o entrevistado 2, “A empresa não só fabrica uma ampla gama de produtos, mas também lida com importação e desenvolvimento interno de novas tecnologias. Esses processos demandam a aquisição constante de insumos e equipamentos. A capacidade de utilizar créditos tributários provenientes dessas aquisições nos permite não apenas manter a competitividade de nossos produtos no mercado internacional, mas também reinvestir em inovação e expansão”.

A base legal utilizada pela empresa é a Instrução Normativa 2055/2021, que estabelece opções para compensação e restituição de tributos administrados pela Receita Federal do Brasil, segundo dados obtidos na entrevista. A análise detalhada das normativas específicas que regulam a produção e comercialização de equipamentos de segurança e as normativas influenciam diretamente na formação de custos e despesas as

quais impactam o cálculo de apuração dos impostos, segundo o contador da empresa que realiza a análise para obter os créditos tributários pertinentes.

O regime de lucro real também permite a compensação de prejuízos fiscais conforme previsão legal do Decreto nº 9.580/2018, compensação que também é realizada pela empresa segundo os dados obtidos na entrevista, os quais são utilizados para abater lucros futuros, reduzindo assim a base de cálculo dos tributos referentes ao IRPJ. Essa compensação é um importante instrumento no planejamento tributário da companhia, assim permitindo uma gestão mais eficiente de suas obrigações fiscais.

A sistematização dos processos e métodos utilizados pelo setor de contabilidade foi crucial para a compreensão de como o regime de lucro real afeta a gestão tributária da empresa. A complexidade do regime exige uma gestão contábil precisa e bem estruturada, que inclui o controle rigoroso de todas as transações financeiras e a correta aplicação das normas tributárias. Além disso, a utilização eficiente dos créditos tributários e a compensação de prejuízos fiscais são as estratégias utilizadas para minimizar a carga tributária e melhorar a saúde financeira da empresa. Conforme o entrevistado 1, *“A equipe realiza uma análise interna das normativas, discutindo diferentes interpretações e possíveis impactos no negócio. Quando necessário, realizamos consultas formais aos órgãos reguladores para obter esclarecimentos oficiais sobre pontos específicos das normativas”*. Assim, destaca-se como ponto chave a comunicação e troca de informações e perspectivas da equipe para uma correta aplicação das normas tributárias na empresa.

#### 4.2 CONCEITO E CÁLCULO DAS CONTRIBUIÇÕES DE PIS E COFINS

O método de apuração do PIS e COFINS optantes pelo lucro real é feito pelo regime não-cumulativo, perante a lei 10637/2002 Brasil (2002) “Art. 1º A Contribuição para o PIS/Pasep, com a incidência não cumulativa, incide sobre o total das receitas auferidas no mês pela pessoa jurídica, independentemente de sua denominação ou 6 classificação contábil”. E a lei 10.833/2003 Brasil (2003) “Art. 1º A Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social - COFINS, com a incidência não cumulativa, incide sobre o total das receitas auferidas no mês pela pessoa jurídica, independentemente de sua denominação ou classificação contábil.”

Os demonstrativos financeiros da companhia foram examinados para entender como o PIS e COFINS foram calculados e incididos sobre o faturamento da empresa. A correlação dos dados observados nos processos contábeis com os documentos financeiros garantiu a precisão e consistência das informações analisadas. A tabela a seguir apresenta os débitos de PIS e COFINS referentes aos meses de dezembro de 2023, janeiro de 2024 e fevereiro de 2024.

**Tabela 2 - Débitos de PIS e COFINS**

| Período        | Base de Cálculo | PIS        | COFINS     | Total      |
|----------------|-----------------|------------|------------|------------|
| Dezembro/2023  | 3.204.852,50    | 52.880,06  | 243.568,79 | 296.448,85 |
| Janeiro/2024   | 2.554.789,90    | 42.154,03  | 194.164,03 | 236.318,06 |
| Fevereiro/2024 | 2.824.850,70    | 46.610,04  | 214.688,65 | 261.298,69 |
| Total          | 8.584.493,10    | 141.644,13 | 652.421,47 | 794.065,60 |

Fonte: elaborada a partir dos dados obtidos na pesquisa (2024).

Os dados demonstraram que as contribuições do PIS e COFINS incidem significativamente sobre o faturamento da empresa. A análise dos demonstrativos financeiros mostrou que a empresa utilizava um sistema automatizado para calcular essas contribuições, assegurando precisão e conformidade com a legislação vigente. Observou-se que as contribuições do PIS e COFINS possuem um valor expressivo para a empresa e por isso a adoção de práticas robustas de compliance tributário é essencial para minimizar riscos e evitar contingências fiscais.

Conforme destacado por Bossa et al. (2022), a implementação de medidas de cooperação fiscal pode prevenir litígios tributários e promover uma gestão financeira mais eficiente. Observou-se que investimento na capacitação contínua da equipe contábil, sobre atualizações fiscais e suas implicações faz com que a equipe se sinta mais preparada para tomada de decisão e seja mais efetiva para a organização.

#### 4.3 IMPACTO FINANCEIRO DAS ALÍQUOTAS DE PIS E COFINS

O objetivo desta seção é analisar o impacto financeiro das alíquotas de PIS e COFINS no resultado operacional e na margem de lucro da empresa de equipamentos de Segurança do Trabalho. Para isso, foram examinados os relatórios financeiros e realizadas observações e entrevistas com os gestores, a fim de contextualizar os dados financeiros e entender as estratégias adotadas pela empresa para mitigar o impacto dessas contribuições.

Conforme o entrevistado 2 *“As estratégias e ferramentas que utilizamos para garantir a conformidade com as normativas fiscais em relação ao PIS e COFINS incluem o controle rigoroso das transações financeiras através de softwares de gestão contábil e auditorias internas, a utilização eficiente dos créditos tributários gerados pela aquisição de insumos e equipamentos e a compensação de prejuízos fiscais para reduzir a base de cálculo dos tributos. Essas práticas não apenas asseguram a nossa conformidade fiscal, mas também contribuem significativamente para a melhoria da saúde financeira da empresa”*. Baseado na declaração da entrevista verifica-se que a sistematização dos processos e métodos utilizados pelo setor de contabilidade é um dos pilares fundamentais para a compreensão e gestão eficaz do regime de lucro real.

Os relatórios financeiros da empresa foram analisados para quantificar o impacto das alíquotas de PIS e COFINS. A análise revelou que as contribuições incidiam significativamente sobre o faturamento, sendo necessário um controle rigoroso das despesas e custos que são objetos de créditos na apuração dessas contribuições, conforme previsto no art. 1º da Lei 10.637/2002 e Lei 10.833/2003 (Brasil). Conforme o entrevistado 1, *“Na empresa, frequentemente adquirimos insumos e equipamentos para desenvolvimento de produtos, os créditos tributários gerados por essa aquisição é utilizado para compensar os valores devidos de PIS e COFINS”*.

A sistemática não-cumulativa dessas contribuições permitia à empresa utilizar créditos de PIS e COFINS sobre os custos. A Instrução Normativa 2055/2021 estabelecia possibilidades de compensação e restituição de tributos administrados pela Receita Federal do Brasil, o que foi crucial para a empresa ao mitigar o impacto financeiro dessas contribuições.

A seguir, apresenta-se a Tabela 3, que demonstra o crédito de PIS e COFINS acumulado nos meses de dezembro de 2023, janeiro e fevereiro de 2024.

**Tabela 3 - Crédito de PIS e COFINS**

| Período        | Base de Cálculo | PIS       | COFINS     | Total      |
|----------------|-----------------|-----------|------------|------------|
| Dezembro/2023  | 1.133.477,56    | 18.702,38 | 86.144,29  | 104.846,67 |
| Janeiro/2024   | 1.551.786,75    | 25.604,48 | 117.935,79 | 143.540,27 |
| Fevereiro/2024 | 1.293.566,47    | 21.343,85 | 98.311,05  | 119.654,90 |
| Total          | 3.978.830,78    | 65.650,71 | 302.391,14 | 368.041,85 |

Fonte: elaborada a partir dos dados obtidos na pesquisa (2024).

A tabela acima ilustra os créditos de PIS e COFINS acumulados pela empresa. Esses créditos, conforme permitido pela legislação, foram utilizados para compensar os débitos tributários, reduzindo assim o impacto financeiro das alíquotas sobre o resultado operacional. Conforme o entrevistado 1, *“A compensação de prejuízos fiscais é uma estratégia que utilizamos para minimizar a carga tributária. Através de uma gestão financeira bem planejada, monitoramos continuamente o desempenho operacional da empresa para identificar períodos de prejuízos que possam ser compensados em exercícios futuros, reduzindo assim a base de cálculo do PIS e COFINS”*.

O estudo também explorou a utilização de incentivos fiscais disponíveis para minimizar a carga tributária. Conforme o entrevistado 1, *“A equipe fiscal da empresa avalia e monitora constantemente as mudanças nas normativas fiscais relacionadas ao PIS e COFINS. Mantemos parcerias com escritórios de consultoria fiscal e jurídica que nos informam sobre mudanças iminentes e interpretam novas normativas”*. Corroborando com os autores, Carota (2023) fornece uma visão abrangente sobre como esses incentivos podem ser aplicados de maneira estratégica, o que se mostrou relevante na análise dos dados da empresa estudada. Reduzir encargos tributários, conforme sugerido por Crepaldi (2023), pode melhorar significativamente a saúde financeira das empresas, liberando recursos para investimentos e crescimento.

#### 4.4 AVALIAÇÃO E APRESENTAÇÃO DO IMPACTO FINANCEIRO DO PIS E COFINS

O objetivo desta seção é avaliar e apresentar o impacto financeiro dos créditos de PIS e COFINS na empresa de equipamentos de Segurança do Trabalho. Foi utilizado dados financeiros coletados e analisados, bem como informações provenientes de entrevistas com os gestores e observações diretas. Esta análise busca proporcionar uma visão das práticas adotadas pela empresa para lidar com esses tributos, considerando as peculiaridades do segmento.

A contribuição teórica deste estudo é reforçada por Corazza (2015), que destacou a gestão das obrigações tributárias como um elemento estratégico dentro das organizações. Empiricamente, os achados deste estudo corroboram a robustez da metodologia aplicada. Estando de acordo com as observações de Oliveira (2021), que enfatizou a necessidade de uma abordagem abrangente na formulação de estratégias de gestão financeira. Corroborando com a fala do entrevistado 2 que ressalta a importância da saúde financeira da empresa: *“Analisamos o efeito das práticas fiscais no fluxo de caixa da*

empresa, verificando e nos certificando se as estratégias adotadas contribuem para a melhoria da saúde financeira”.

Para compreender o impacto financeiro dos créditos de PIS e COFINS, analisamos os débitos e créditos desses tributos ao longo de três meses. A Tabela 4 apresenta o valor a pagar de PIS e COFINS após a compensação dos créditos acumulados.

**Tabela 4 - Valor a pagar de PIS e COFINS**

| Período        | Débito PIS | Crédito PIS | Débito COFINS | Crédito COFINS | Saldo a pagar |
|----------------|------------|-------------|---------------|----------------|---------------|
| Dezembro/2023  | 52.880,06  | 18.702,38   | 243.568,79    | 86.144,29      | 191.602,18    |
| Janeiro/2024   | 42.154,03  | 25.604,48   | 194.164,03    | 117.935,79     | 92.777,79     |
| Fevereiro/2024 | 46.610,04  | 21.343,85   | 214.688,65    | 98.311,05      | 141.643,79    |
| Total          | 141.644,13 | 65.650,71   | 652.421,47    | 302.391,14     | 426.023,75    |

Fonte: elaborada a partir dos dados obtidos na pesquisa (2024).

A tabela acima mostra que, ao longo dos três meses analisados, a empresa teve um saldo total a pagar de R\$ 426.023,75 após a compensação dos créditos de PIS e COFINS. A maior parte do saldo a pagar ocorreu em dezembro de 2023, com R\$ 191.602,18.

Os créditos de PIS e COFINS representaram uma economia significativa para a empresa. Ao analisar os valores de créditos, foi possível observar que, em dezembro de 2023, os créditos de PIS e COFINS reduziram o valor a pagar em 31,57% (R\$ 104.846,67 em créditos sobre um total de R\$ 296.448,85). Em janeiro de 2024, essa redução foi ainda mais expressiva, alcançando 60,73% (R\$ 143.540,27 em créditos sobre um total de R\$ 236.318,06). Em fevereiro de 2024, a redução foi de 45,79% (R\$ 119.654,90 em créditos sobre um total de R\$ 261.298,69).

Os dados coletados mostram que a empresa estudada conseguiu reduzir sua carga tributária em até 60,73% através do uso eficiente dos créditos de PIS e COFINS. Esse resultado está alinhado com as conclusões de Santos (2017), que enfatizou que a falta de uma abordagem tributária integrada pode resultar em ineficiências financeiras e comprometer a competitividade das empresas. Segundo Assaf Neto (2019), é essencial considerar as complexidades tributárias como componentes cruciais da estratégia financeira organizacional. Este estudo reafirma a importância de compreender a interação entre decisões financeiras e variáveis tributárias, fornecendo uma visão abrangente das implicações fiscais do PIS e COFINS na gestão financeira da empresa estudada.

A economia proporcionada pelos créditos de PIS e COFINS demonstra a importância da sistemática não-cumulativa para a gestão financeira da empresa, permitindo uma redução significativa na carga tributária. Conforme o entrevistado 1 ressaltou na entrevista “Nosso compromisso com a conformidade fiscal e a utilização estratégica de créditos tributários são fundamentais para manter nossa competitividade e capacidade de reinvestimento, assegurando uma operação financeiramente saudável e em constante crescimento”.

Os resultados indicam, portanto, que a gestão eficiente dos créditos tributários pode resultar em uma economia significativa para empresas de equipamentos de Segurança do Trabalho. Este achado corrobora a análise de McCarley (2014), que

demonstrou que a escolha do regime tributário tem um impacto direto nas margens de lucro e na alocação de recursos financeiros das empresas. A metodologia empregada aqui, ao permitir uma análise detalhada dos impactos financeiros dos tributos, reforça a importância de um planejamento tributário estratégico, como sugerido por Pêgas (2005).

## 5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O objetivo deste estudo foi avaliar o impacto financeiro do PIS e COFINS em uma empresa do setor de equipamentos de Segurança do Trabalho, com ênfase no regime de tributação pelo lucro real. Para isso, foi analisado detalhadamente os créditos e débitos de PIS e COFINS ao longo de três meses, buscando entender como a utilização desses créditos influenciou a carga tributária da empresa e suas práticas de gestão fiscal de uma empresa do setor de Segurança do Trabalho.

Os resultados mostraram que a empresa conseguiu obter uma economia significativa por meio da utilização dos créditos de PIS e COFINS. Em dezembro de 2023, os créditos reduziram o valor a pagar em 31,57%, enquanto em janeiro e fevereiro de 2024, as reduções foram de 60,73% e 45,79%, respectivamente. Essa economia destacou a importância da sistemática não-cumulativa na gestão tributária da empresa, evidenciando que um controle rigoroso das receitas, despesas e custos operacionais, bem como a correta utilização dos créditos tributários, são fundamentais para a eficiência tributária.

As práticas observadas na empresa, como o monitoramento contínuo dos créditos fiscais, o planejamento tributário e a capacitação dos profissionais de contabilidade, mostraram-se eficazes para minimizar a carga tributária e fortalecer a competitividade da empresa no mercado. A correta aplicação das normas tributárias permitiu à empresa maximizar os créditos de PIS e COFINS, contribuindo significativamente para a redução do saldo a pagar.

A contribuição deste estudo é significativa tanto no aspecto teórico quanto prático. Teoricamente, ele reforça a importância da gestão eficiente dos créditos tributários e do planejamento tributário no regime de lucro real, alinhando-se à literatura existente que destaca esses fatores como cruciais para a sustentabilidade financeira das empresas. Empiricamente, a metodologia utilizada demonstrou ser robusta ao proporcionar uma análise detalhada dos impactos financeiros dos tributos na empresa, oferecendo insights valiosos para outras empresas do setor.

Para a prática contábil, os resultados auferidos auxiliam os gestores na tomada de decisão, demonstrando a importância de uma gestão contábil precisa e bem estruturada. As práticas identificadas podem servir de modelo para outras empresas que buscam otimizar sua carga tributária e melhorar sua saúde financeira.

Destaca-se que o estudo apresenta algumas limitações uma vez que a análise foi restrita a uma empresa específica e a um período de três meses, o que pode não refletir totalmente a variabilidade dos impactos ao longo de um ano completo ou em diferentes contextos empresariais. Além disso, a pesquisa focou-se principalmente nos aspectos financeiros, não abordando em profundidade as implicações legais e operacionais das práticas tributárias. Assim, para estudos futuros, sugere-se uma análise longitudinal que

abranja um período maior e inclua várias empresas do setor, a fim de obter uma visão mais abrangente dos impactos financeiros do PIS e COFINS. Além disso, a investigação das implicações legais e operacionais das práticas tributárias pode proporcionar uma compreensão mais holística dos desafios e oportunidades na gestão dos tributos.

Em conclusão, a aplicação do regime de tributação pelo lucro real na empresa em questão envolve uma série de aspectos complexos e elaborados para melhor aproveitamento dos recursos sendo o gestor entrevistado. O controle detalhado das receitas, despesas e custos, a correta utilização dos créditos tributários e a compensação de prejuízos fiscais são elementos-chave para a gestão tributária eficiente da empresa. Esses fatores contribuem significativamente para a redução da carga tributária e o fortalecimento da competitividade da empresa no mercado.

### REFERÊNCIAS

- VELLOSO, A. P. **Contribuições no sistema tributário brasileiro**. 4ª ed. São Paulo: Saraiva, 2019. ARMSTRONG, Christopher S.; GLAESER, Stephen; KEPLER, John D. Strategic reactions in corporate tax planning. **Journal of Accounting and Economics**, [s. l.], v. 68, n. 1, p. 101232, 2019.
- BOSSA, Gisele Barra *et al.* **Cooperative compliance e medidas de redução do contencioso tributário : das boas práticas à criminalização de condutas**. São Paulo: Grupo Almedina, 2022.
- COOPER, Maggie; NGUYEN, Quyen T. K. Multinational enterprises and corporate tax planning: A review of literature and suggestions for a future research agenda. **International Business Review**, [s. l.], v. 29, n. 3, p. 101692, 2020.
- CORAZZA, Paulo. **Incentivos Fiscais à Inovação Tecnológica**. 2015. Dissertação (Mestrado em Economia) - Programa de Pós-Graduação em Economia, Faculdade de Ciências Econômicas, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2015.
- OLIVEIRA, Fábio Rodrigues de. **Pis e COFINS na prática**. 2. ed. São Paulo: Fiscosoft Editora, 2016.
- PAULSEN, Leandro; VELLOSO, Andrei Pitten. **Contribuições no sistema tributário brasileiro**. 4. ed. São Paulo: Saraiva, 2019.
- RECEITA FEDERAL DO BRASIL. **Legislação e Normas Tributárias**. Disponível em: [www.gov.br/receitafederal](http://www.gov.br/receitafederal). Acesso em: 15 jul. 2023.
- GIL, A. C. **Como Elaborar Projetos de Pesquisa**. 7ª ed. São Paulo: Atlas, 2019.
- YIN, R. K. **Estudo de caso: Planejamento e métodos**. 5ª ed. Porto Alegre: Bookman, 2015.

FISCH, A. L. **Planejamento tributário: análise prática dos benefícios fiscais na opção pelo regime de tributação pelo lucro real ou pelo lucro presumido.** Revista de Contabilidade & Finanças, São Paulo, v. 29, n. 77, p. 113-128, jan./abr. 2018.

ZANLUCA, J. C. **Manual de Planejamento Tributário.** Editora Portal Tributário, 2014.

ASSAF NETO, A. **Administração financeira de empresas: fundamentos e práticas brasileiras.** 7. ed. São Paulo: Atlas, 2019.

MARTIN, H. J. PIS e COFINS sobre Receitas Financeiras: **Análise das regras de não cumulatividade após a edição da Lei n. 12.973/14.** Revista de Direito Tributário Atual, n. 33, 2020.

KUPERMAN, D.; BECHARA, E. **Manual de Direito Tributário.** 10. ed. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2016.

SÁ, A. L. **Contabilidade tributária: uma abordagem prática.** 5. ed. São Paulo: Atlas, 2017.

FABRETTI, L. C. **Contabilidade Tributária.** 15 ed. São Paulo: Atlas, 2015.

McCARLEY, J. S. **The Impact of Tax Legislation on Corporate Financial Planning.** Journal of Finance, v. 69, n. 1, p. 115-138, 2014.

SANTOS, M. A. **Estratégias de Gestão Financeira e Complexidade Tributária: Um Estudo em Empresas de Médio Porte.** Revista de Contabilidade & Finanças, v. 28, n. 75, p. 32-47, 2017.

PÊGAS, P. H. **Manual de Contabilidade Tributária.** Rio de Janeiro: Freitas Bastos, 2005.

OLIVEIRA, J. **Impactos da Legislação Tributária sobre a Tomada de Decisões Financeiras em Empresas do Setor Industrial.** Revista de Contabilidade & Finanças, v. 36, n. 97, p. 45-62, 2021.

CREPALDI, S. A. **Planejamento Tributário: Teoria e Prática.** 5. ed. Saraiva Uni, 2023

CAROTA, J. C. **Planejamento tributário & incentivos fiscais empresariais.** 2. ed. Revista e Atualizada, 2023.

SABBAG, E. **Manual de Direito Tributário.** ed. Saraiva, 2020.

BELGACEM, Fethi Bin Muhammad, et al. **Análise Qualitativa do Trabalho** Disponível Acadêmico. 2010. em:

<https://www.scielo.br/j/edreal/a/9s4HcvKTmNRYdVxb9xBpxmp/?lang=pt>

Acesso em: 01 fev de 2024

BARDIN, L. **Análise de conteúdo**. São Paulo: Edições 70, 2016.

**INSTRUÇÃO NORMATIVA RFB Nº 2055, DE 06 DE DEZEMBRO DE 2021**. Estabelece normas sobre restituição, compensação, ressarcimento e reembolso, no âmbito da Secretaria da Receita Federal do Brasil, e dá outras providências. Disponível em: <http://normas.receita.fazenda.gov.br/sijut2consulta/link.action?idAto=122002#2311139>

Acesso em: 20 jun de 2024.

BRASIL, Presidência da República. **Decreto nº 9.580, de 22 de novembro de 2018**. Regulamenta a tributação, fiscalização, arrecadação e administração do Imposto sobre a **Renda e Proventos de Qualquer Natureza**. Brasília, 2018. Disponível em:

[https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_Ato2015-2018/2018/Decreto/D9580.htm#art4](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2015-2018/2018/Decreto/D9580.htm#art4)

Acesso em: 20 jun de 2024.

BRASIL. Presidência da República. **Lei nº 10.637, de 30 de dezembro de 2002**.

Estabelece a não cumulatividade da contribuição para os programas PIS/PASEP (Pasep). Disponível em: [https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/2002/l10637.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2002/l10637.htm)

Acesso em: 20 jun de 2024.

BRASIL. Presidência da República. **Lei nº 10.833, de 29 de dezembro de 2003**.

Estabelece a não cumulatividade da contribuição para o programa COFINS. Disponível em:

[https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/2003/L10.833compilado.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2003/L10.833compilado.htm)

Acesso em: 20 jun de 2024.

MATIAS-PEREIRA, José. **Manual de Metodologia da Pesquisa Científica**. 2016.